

**ATA DA TRIGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos trinta dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e trinta e três minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Paulo Corrêa esecretariada pelos deputados Paulo Duarte e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Com a palavra, o senhor segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para a leitura da ata da sessão anterior. Por favor, deputado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente. Bom dia, senhores deputados. *“Ata da Trigésima Segunda Sessão Ordinária da Segunda Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. Aos vinte e cinco dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e trinta e oito minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Renato Câmara, secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE** – Lida e aprovada a Ata de número Trinta e Sete da Trigésima Primeira Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofício nº 93/2024, do Poder Executivo; Ofícios nºs 1.232, 1.273 e 1.276/2024, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana de Campo Grande. **SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE** – Usaram da palavra os deputados Pedrossian Neto, João Henrique, Professor Rinaldo, Zeca do PT, Pedro Kemp e Junior Mochi. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Renato Câmara, João Henrique e Paulo Corrêa. **GRANDE EXPEDIENTE** – Usou da palavra o deputado Pedro Kemp. **ORDEM DO DIA** – Foi aprovado, em redação final e votação nominal, o Projeto de Lei nº 242/2022, de autoria do deputado Lucas de Lima. Foi aprovado, em discussão única e votação nominal, o Projeto de Lei nº 71/2024, de autoria do Poder Judiciário. Foi aprovado, em segunda discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 84/2024, de autoria da Mesa Diretora. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria dos deputados Lia Nogueira e Zé Teixeira, endereçada aos familiares de José Braga; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Lia Nogueira, endereçada ao senhor Valdir Sartor, prefeito do município de Deodápolis, pela realização da 25ª Exposição Agropecuária de Deodápolis (Expoad), ocorrida de 11 a 14 de abril de 2024; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Lia Nogueira, endereçada ao senhor Adauto Gerald, parabenizando-o pelos 34 anos de serviços prestados como operador de retroescavadeira a Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul (Sanesul); requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Pedrossian Neto, endereçada ao Operário Futebol Clube de Campo Grande, que na data de 21/04/2024 venceu a equipe do Dourados por 3x1, pela final do Campeonato Sul-Mato-Grossense de futebol; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Pedrossian Neto, endereçada ao senhor Moysés Chama, autor e diretor do documentário “Entre Rios, Pequenos Mundos e Aguaceiros”; requerimento de moção de*

congratulação, de autoria do deputado Jamilson Name, endereçada ao doutor Sam Ricardo Aranha Suzumura, delegado de polícia, e ao doutor Deraldo Nascimento Santos, investigador de Polícia Judiciária da Sexta Delegacia de Polícia Civil de Campo Grande/MS - 6DP-CG, pelos excelentes serviços prestados à população; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Lia Nogueira, endereçada à senhora Zenaide Espindola, prefeita do município de Laguna Carapã, pela realização do 24º Concurso Pé de Soja Solteiro 2024, em comemoração ao 32º aniversário de Laguna Carapã, ocorrido entre os dias 19 a 21 e abril de 2024; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Roberto Hashioka, endereçada aos atletas Júlio César Costa Souza, Filipe Hernandez Gandolfo, Maria Clara Gomes Takahashi e Milene Hernandez Gandolfo, da Academia Shobukan Karatê-Do, de Batayporã, por sua convocação para compor a Seleção Brasileira de Karatê no campeonato mundial da modalidade, a ser realizado em agosto de 2024, em Angola; requerimento, de autoria do deputado Pedrossian Neto, solicitando o uso da tribuna na Sessão Ordinária do dia 30 de abril de 2024, para a abertura das ações do Maio Laranja, mês de enfrentamento e combate à violência ao abuso sexual contra crianças; indicações, de autoria dos deputados Pedrossian Neto, Zé Teixeira e Lia Nogueira. Explicações Pessoais: não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, 25 de abril de 2024." Foi lida a ata, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Solicito ao ilustre deputado Paulo Duarte, que ocupa momentaneamente a primeira-secretaria, que faça a leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Duarte - PSB) — Bom dia, senhores deputados e deputadas. Leitura do expediente: Ofício nº 594/2024, do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, encaminhando liberação de recursos financeiros (Prot. nº 1306/2024); Ofício nº 40/2024 do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional respondendo à indicação do deputado Junior Mochi (Prot. nº 03341/2024); Ofício nº 3.994/2024, da Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande, respondendo à indicação do deputado Professor Rinaldo (Prot. nº 1306/2024). Está lido o expediente, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Cito a presença aqui do "Peninha", o Valdemir Lúcio Rômulo, meu amigo, vereador do município de Rochedo. Seja bem-vindo à Casa. Cito também a presença de Lúcio Roberto Calixto Costa, o "Doutor Lúcio", vereador do município de Santa Rita do Pardo; seja bem-vindo à nossa Casa. Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Pela ordem de inscrição, com a palavra, o deputado Pedro Kemp... Com a palavra, o ilustre deputado presidente da Unale, "para sempre", Lidio Lopes.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Bom dia, presidente em exercício, deputado Paulo Corrêa, que além de presidente, é primeiro-secretário desta Casa. Bom dia aos demais colegas, a quem nos honra com a sua presença neste Plenário e aos que nos assistem pela TV Assembleia. Indicação. Indico à Mesa Diretora, na forma regimental e ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de estado de Justiça e

Segurança Pública, senhor Antônio Carlos Videira, e ao coronel QOPM Renato dos Anjos Garnes, comandante-geral da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso do Sul, solicitando, em caráter de urgência, o aumento do efetivo, com o envio de viaturas, para a Polícia Militar de Coronel Sapucaia. A presente indicação é motivada por requerimento da Câmara Municipal de Coronel Sapucaia, a partir da proposição nº 40/2024. Aduzem os nobres vereadores que a Polícia Militar daquele município ao longo dos anos vem sofrendo defasagem em todos os sentidos, e a devida justificativa segue anexa. É o que tinha, senhor presidente. Muito Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, no Pequeno Expediente, o ilustre deputado Pedro Kemp, que faz o "L", do Partido dos Trabalhadores.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, inicialmente quero apresentar uma moção de apoio à pauta de reivindicações dos servidores do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS), a ser encaminhada ao senhor Camilo Sobreira de Santana, ministro da Educação, à senhora Esther Dweck, ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, e à doutora Elaine Borges Monteiro Cassiane, Magnífica Reitora do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul. A moção poderá ser assim redigida: "A Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, legítima representante dos ideais e aspirações do povo sul-mato-grossense, por proposição do deputado estadual Pedro Kemp, aprova moção de apoio à pauta de reivindicação dos servidores do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS). O movimento dos servidores reivindica a reestruturação das carreiras de técnico-administrativos de docentes; recomposição salarial; revogação de todas as normas que prejudicam a educação federal aprovadas nos governos Temer (2016- 2018) e Bolsonaro (2019-2022); e recomposição do orçamento e reajuste imediato dos auxílios e bolsas dos estudantes. Hoje nos encontramos em um processo de reconstrução do país, o que inclui a busca por reverter os retrocessos sofridos durante os governos anteriores. A valorização da educação, da ciência e de seus profissionais é um dos pontos principais para a reestruturação do Brasil. Por isso declaramos nosso irrestrito apoio às pautas dos servidores do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, reafirmando o compromisso desta Casa de Leis com os trabalhadores e com a educação pública." Também quero encaminhar, senhor presidente, uma indicação à Mesa, para que seja enviado expediente deste Poder ao senhor Paulo da Silva, diretor-presidente da Agência Municipal de Transporte e trânsito, solicitando a instalação de passarela elevada para pedestres na rua Doutor Dolor Ferreira de Andrade, em frente à Emei Professora Georgia de Fatima Nogueira Borges, em Campo Grande. Outra indicação, esta ao senhor Hélio Peluffo Filho, secretário de estado de Infraestrutura e Logística, solicitando a recuperação do asfalto da MS-436, no trecho que liga os municípios de Camapuã e Figueirão. Por último, registro uma indicação ao professor doutor Laércio Alves de Carvalho, Magnífico Reitor da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, solicitando estudos no sentido de implantar restaurantes e alojamentos universitários no campus da UEMS de Campo Grande. Esta é uma reivindicação que nós recebemos de acadêmicos da UEMS, do campus de Campo Grande, que pedem a implantação de um restaurante universitário e

também de alojamentos. Muitos acadêmicos enfrentam dificuldades para conseguir fazer as refeições diárias e pagar um aluguel para residir em Campo Grande. De acordo com informações, são os cotistas, entre eles indígenas e pessoas LGBT, que enfrentam os maiores problemas para dar continuidade aos estudos. Era o que tinha, presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, o ilustre deputado João Henrique... Bom dia, deputada Lia Nogueira. Seja-bem vinda. Um abraço, amiga. Por favor, deputado.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Senhor presidente, venho aqui fazer um requerimento verbal, uma vez que já fiz dois requerimentos escritos de solicitação de informações, senhor presidente: um com relação à Cassems e outro com relação a contratos e procedimentos licitatórios escusos do governo do estado. Já cobrei aqui da tribuna a inclusão em pauta desses requerimentos, o que ainda não aconteceu. Então venho fazer "requerimento dos requerimentos", com fundamento no artigo 171...

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Qual o número do artigo?!...

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Artigo 171, senhor presidente, não sei se tem alguma relação com o teor do meu pedido: espero que não, senhor presidente. O artigo 171 diz que deverá ser despachado verbal e imediatamente pelo presidente essa modalidade de requerimento. Então peço encarecidamente que esses requerimentos, que estão há meses esperando, sejam finalmente incluídos na pauta. É Requerimento nº 2024 0401166591779697, número dele de protocolo. E o outro...

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Só um pouquinho, deputado, pode repetir?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Vou deixar sobre a Mesa.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Acho que é melhor.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — O outro é 2024 020718171771319. Apenas cito para que fique registrado, mas vou entregar a Vossa Excelência.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, o ilustre deputado Antonio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Bom dia, senhor presidente. Indico à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao governador Eduardo Riedel, com cópias ao senhor Hélio Peluffo Filho, secretário de estado de Infraestrutura e Logística, e ao senhor Mauro Azambuja Rondon, diretor-presidente da Agesul, solicitando os serviços de encascalhamento e asfaltamento da MS-340, no município de Bandeirantes. A proposta em questão visa a atender uma solicitação encaminhada diretamente a este gabinete parlamentar pelo senhor Mineiro. A falta de uma manutenção adequada tem causado inúmeros transtornos para os residentes locais, bem como para os viajantes que

dependem dessa via para se locomover. A estrada atualmente apresenta graves problemas, inclusive buracos profundos e falta de pavimentação. Isso não apenas torna a viagem desconfortável e perigosa como também afeta negativamente o desenvolvimento econômico e social das áreas servidas pela via. Diante disso, solicitamos encarecidamente que se priorize o encascalhamento e o posterior asfaltamento da MS-340, medidas essenciais para a garantia da segurança dos usuários da estrada para a promoção do desenvolvimento sustentável da região. Indicação. Indico à Mesa, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Fabrício de Oliveira Galvão, superintendente do Dnit/MS, com cópia autônoma ao senhor Antônio Carlos Nogueira, coordenador de Engenharia Terrestre do Dnit/MS, solicitando a correção asfáltica e a implantação de sistema de drenagem para a rua Nhonhô Figueiró, nº 5.284, rua essa que dá acesso à BR-060, bairro Vila Industrial, no município de Guia Lopes da Laguna. Essa proposta nos foi enviada pelo senhor Heitor Clóvis. O local é muito movimentado e, durante chuvas intensas, a falta de um sistema adequado de drenagem e a deficiência do asfalto resultam no acúmulo de água na via, comprometendo a mobilidade e a segurança dos moradores. Além disso, no local existe uma igreja que conta com duzentos frequentadores, a qual vem sendo muito afetada em dias chuvosos, desde 2007, quando houve a duplicação da BR-060. Diante desse cenário, solicito que seja feita uma análise técnica na área afetada e adotadas as medidas necessárias para corrigir o problema. Os alagamentos são frequentes da rua Nhonhô Figueiró, no bairro Vila Industrial, em Guia Lopes da Laguna, sendo fundamental investir na melhoria do sistema de drenagem e correção asfáltica. É só, senhor presidente.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Lidio Lopes.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Senhor presidente, estamos hoje no último dia de abril. E agora em maio nós temos oito municípios da região do Cone Sul de aniversário. Um deles, pelo qual Vossa Excelência também tem um grande carinho, é o município de Eldorado, do nosso prefeito Léo, da nossa vice-prefeita Fabiana. E eles têm programadas as festividades, para as quais eu gostaria de convidar os colegas aqui, alusivas ao 48º aniversário de emancipação política do município de Eldorado. A abertura será dia 3 agora, com rodeio, show com o Christian; dia 4 temos cavalgada, rodeio com touro, etc.; depois dia 5 vem a final desse grande torneio com show do João Bosco. Depois, dia 11, temos um *Team Roping*; dia 12 uma Missa de Ação de Graças; culminando, dia 13, data do aniversário, com um desfile cívico. Já de antemão mando daqui um grande abraço ao prefeito Léo, à vice Fabiana, aos vereadores, principalmente à Simone Palones. Ficam os meus cumprimentos ao município de Eldorado pelas festividades. Tenho certeza que será uma grande festa, um belo aniversário. Muito obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Agradeço. Quero que fique registrado o seu pedido *pela ordem*. E gostaria de me somar a Vossa Excelência

nesse registro. Quero também mandar um grande abraço ao prefeito Léo, nosso amigo, e à Fabiana, nossa vice, e os nossos parabéns a Eldorado pelos seus 48 anos de emancipação. A gente sabe que é um município que carece de um trabalho, do apoio de todos os senhores desta Casa... Com a palavra, o ilustre deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Bom dia, senhor presidente Paulo Corrêa. Bom dia, nobres pares. Senhor presidente, daqui a pouco passarei às mãos de Vossa Excelência uma moção de congratulação que fiz para a coronel PM Neide Centurião, que na noite de quinta para sexta-feira surpreendeu um criminoso tentando invadir sua casa. O meliante tentou atacá-la com uma faca, mas ela, valendo-se dos seus conhecimentos, da sua experiência, da sua força de mulher, deu-lhe um tiro no abdômen, após o que lhe foi prestado socorro médico. Eu vou apresentar, senhor presidente, ainda hoje uma moção de congratulação à coronel Neide, pedindo o apoio dos pares na aprovação; e se Vossa Excelência autorizar, na terça-feira da semana que vem eu a trarei aqui para receber essa homenagem da Assembleia Legislativa, em reconhecimento ao seu ato de heroísmo, de coragem.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Eu gostaria de me somar a Vossa Excelência.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim, senhor.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Se o senhor me permitir, vou consultar o Plenário para rendermos essa homenagem em nome da Assembleia Legislativa, deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Agradeço.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Muito importante reconhecer esse ato da coronel Neide, que merece o nosso respeito. Vamos fazer essa homenagem, se Deus quiser. Ela foi muito fera, muito destra na sua reação, até pelo treinamento que recebeu da Polícia Militar... Vamos então fazer pela Casa, se Vossa Excelência permite.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim, senhor. Para mim é uma honra.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Fica já determinado então.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Muito obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, o ilustre deputado Pedrossian Neto.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Bom dia, senhor presidente, colegas deputados, pessoas que atendem a nossa Sessão. Senhor presidente, faço o registro de uma moção de pesar. Nós perdemos o querido Waldir Daros, pai da Fefê, minha prima, do Bruno Pedrossian, uma perda muito grande para a família. E eu não

poderia deixar de fazer uma homenagem, uma moção de pesar em nosso nome, em reconhecimento do valor desse ente querido. Requeiro à Mesa Diretora, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar pelo falecimento do pecuarista e engenheiro Waldir Daros, ocorrido na manhã de quinta-feira, dia 25/04. Waldir, nascido e criado em São Paulo (SP), tornou-se um dos sócios da Relevo Construções, empreiteira responsável por obras em Mato Grosso do Sul no ano de 1968. Uma delas foi a construção do Estádio Pedro Pedrossian, o atual "Moreirão", inaugurado a 7 de março de 1971. Além da obra do Moreirão, Waldir Daros contribuiu com o desenvolvimento do agronegócio no estado, e merece as homenagens desta Casa. Se aprovada, a moção deverá ser encaminhada para o seguinte endereço: WND Agropecuária, na Av. Eduardo Elias Zahran, nº 2811, Campo Grande/MS. São essas as minhas considerações, presidente.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado João Henrique Catan.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Apenas para dizer que fiquei sabendo pelas redes sociais da existência dessa moção; e aguardava o momento de lhe solicitar para subscrevê-la também. Porque, nas palavras de Vossa Excelência, deputado Pedrossian, gostaria de eternizar a contribuição que o seu Waldir, o "Careca", deu a Mato Grosso do Sul. Então, em nome de toda a família, eu gostaria de ter a honra de assinar a moção com Vossa Excelência.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Obrigado, deputado João Henrique. Vou transmitir certamente esse carinho para toda a família. E deixo um grande beijo para a minha amiga Fefê, para o Bruno, para toda a família.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Deputado, eu quero pedir licença a Vossa Excelência para assinar em conjunto.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Era isso, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, no Pequeno Expediente, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares, assistentes, público presente, quem nos assiste pela Rádio e TV ALEMS e pelas redes sociais. Senhor presidente, trago hoje duas indicações. Indico à Mesa, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador Eduardo Riedel, com cópia autônoma ao secretário de estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação, Jaime Verruck, e ao diretor-presidente da IAGRO, Daniel Ingold, para que seja providenciada a reforma do prédio onde se encontra localizada a agência da IAGRO, no município de Selvíria, devido à sua deterioração natural pelo tempo e pelo uso. Quem me encaminhou essa reivindicação foi uma liderança local, senhor Eronilson da Costa Pereira, que me

mandou umas fotos do prédio atestando que a situação efetivamente não está boa, que o prédio precisa mesmo de reparos com urgência. Daí o expediente, para que a lagro possa verificar a situação e promover a adequação do órgão, providência importante para os produtores rurais e demais moradores locais. Segunda indicação. Indico à Mesa, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao ilustríssimo Superintendente Regional do Incra no Mato Grosso do Sul, senhor Paulo Roberto da Silva, solicitando providências no sentido de realizar a regularização fundiária, bem como a outorga de títulos de propriedade aos moradores dos assentamentos São Joaquim, Alecrim e Canos, no município de Selvíria. Este é também um pedido que nos veio através do senhor Eronilson das Costa Pereira, é um pleito dos moradores desses assentamentos; é uma situação que está acontecendo também em vários outros assentamentos do estado. O Incra iniciou esse projeto de regularização, mas o ritmo ainda está lento, e existe essa necessidade de promover a regularização e a entrega desses lotes, o que vai dar segurança para os respectivos moradores. É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, no Pequeno Expediente, o ilustre deputado Paulo Duarte.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Bom dia novamente, senhor presidente, deputados, deputada Lia, público presente. Indico à Mesa, nos termos regimentais e ouvido o colendo Plenário, que seja enviado expediente (pedido de informações) deste Poder à Empresa de Transporte Andorinha S.A. transporte Andorinha, situada aqui no estado de Mato Grosso do Sul, representada pelo seu diretor, senhor Ricardo Valério, solicitando que sejam enviadas a esta Casa de Leis informações detalhadas sobre qual é o critério utilizado pela referida empresa nas cobranças de passagens referentes aos seguintes trechos: a) Campo Grande-Corumbá; e b) Campo Grande-Cuiabá. Por que esse questionamento? Pelo seguinte. O trecho compreendido entre Campo Grande e Corumbá tem 427 quilômetros, e não há cobrança de pedágio, enquanto que o trecho Campo Grande-Cuiabá tem mais de 700 quilômetros, com várias praças de pedágio. Pois, senhor presidente, para minha surpresa, chegou ao nosso gabinete uma passagem adquirida no dia de hoje, 30 de abril; a pessoa comprou uma passagem para ir de Campo Grande a Cuiabá... provavelmente para assistir ao jogo do Palmeiras com o Cuiabá, que é domingo... A pessoa comprou a passagem e pagou 144 reais, na empresa Andorinha; aí essa pessoa desistiu e tentou comprar uma passagem de Campo Grande para Corumbá — valor: R\$ 237,00... Como é que pode, num trecho de mais de 700 quilômetros, a passagem ser mais barata que num trecho de pouco mais de 400 quilômetros?!... sendo que nesses 400 quilômetros não há pedágio, o que, por conseguinte, não pressiona o preço da passagem... De forma que estou encaminhando o presente pedido de informações, quero desvendar esse mistério, e espero que a Andorinha desta vez responda ao requerimento, porque o outro, sobre a cobrança da taxa para quem compra passagem pela internet, eles não responderam. Isso tem de ser esclarecido, deputado Coronel David, deputado Neno. Qual é a lógica dessa discrepância? O trecho Campo Grande-Corumbá custa hoje 237 reais; o Campo Grande-Cuiabá custa 144. Qual é a lógica desse troço?!... São quase cem reais a mais

num trecho que é quase 300 quilômetros a menos! Não estou fazendo nenhuma acusação, mas o nosso papel aqui na Assembleia é buscar esclarecer a questão, junto à agência reguladora, esclarecer se isso está certo à luz do princípio da modicidade tarifária. Talvez o preço mais alto se deva à alta demanda (não há trem, não há avião), à falta de concorrência. Então, estou encaminhando esse pedido de informações. Espero que desta vez a empresa responda.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Permite um aparte, deputado?

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Pois não, Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — O senhor também está encaminhando esse pedido à Agems (Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Mato Grosso do Sul)?

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Isso foi justamente um lapso meu... Mas já estou encaminhando uma cópia à agência reguladora também. É de fato uma discrepância muito grande. É uma coisa inadmissível e inexplicável.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Será que não é uma taxa de turismo contemplativo, mais cem reais para você contemplar a paisagem?!... O trecho Miranda-Corumbá é maravilhoso. Acho que é isso.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sei lá, eles que têm de explicar. Eu não consegui entender. Então, repetindo, atendendo à sugestão do Coronel David e de Vossa Excelência, nós vamos encaminhar uma cópia desse requerimento de informações à agência reguladora, até porque há uma enorme quantidade de pessoas reclamando do preço exorbitante da passagem. Ah, ia esquecendo uma coisa, Coronel David. Gostaria de assinar também a moção da subcomandante Neide, profissional do mais alto gabarito; quando fui prefeito de Corumbá ela era subcomandante lá. É importante destacar o trabalho dessa profissional qualificada, que tenho certeza orgulha a toda a corporação. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, a ilustre deputada Lia Nogueira.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Bom dia, presidente interino Paulo Corrêa, colegas parlamentares, público presente e quem nos assiste pela Rádio e TV Assembleia e redes sociais. Vou apresentar uma moção de congratulação — e convido os colegas para assinar conosco —, destacando o 12º Concurso Miss e Mister Indígena, realizado na reserva indígena de Dourados, na Escola Tengatuí Marangatu, evento que está se tornando tradicional, que mostra a cultura, a tradição dos povos indígenas, aquilo que eles têm de mais bonito. Nós fizemos um levantamento e descobrimos que é um dos poucos eventos dessa natureza no Brasil, e que é realizado na maior reserva indígena urbana do país. Vamos então apresentar essa moção de congratulação à organização e também à Miss e ao Mister Indígena eleitos agora em 2024. Aproveito também, presidente, para registrar uma indicação. A indicação é direcionada ao governador Eduardo Riedel, ao senhor Hélio Queiroz Daher, secretário de estado de

Educação, solicitando a implantação e oferta de cursos de formação profissional na Escola Estadual Indígena Intercultural Guateka Marçal de Souza, na Escola Polo, da Aldeia Jaguapiru e na extensão da Araporã, na Aldeia Bororó, em Dourados. O governo de Mato Grosso do Sul, por intermédio da Secretaria de Estado de Educação, oferta cursos de formação profissional nas escolas da rede estadual, com vistas à elevação da escolaridade e à preparação dos nossos jovens e adultos para o mercado de trabalho. Solicitamos que a comunidade indígena de Dourados também seja contemplada com tais iniciativas do governo do estado, cujo timoneiro, nosso tucano Eduardo Riedel, tem como divisa cuidar do desenvolvimento econômico e social sem deixar ninguém para trás. Creio que é uma questão democrática e de direito para os nossos jovens indígenas. Apresento outra indicação, esta ao senhor Euro Nunes Varanis Júnior, superintendente do Dnit/MS, solicitando a destinação de recursos para a urgente realização de obras de duplicação e manutenção da MS-163, com melhorias no acostamento. Tanto falamos neste Parlamento desse processo, mas até agora só temos de ficar pagando pedágio, pagando pedágio, e benfeitoria, que é bom para os usuários, nada. A medida se faz necessária devido ao grande fluxo de veículos pesados que circulam naquela via, e a duplicação da pista vai garantir melhores condições de segurança, condições de tráfego também. Trata-se de uma reivindicação de um ex-colega meu de parlamento municipal, vereador Valdir Monaretto, do MDB de Dourados. Outra indicação, esta ao governador Eduardo Riedel, ao secretário de Infraestrutura e Logística, senhor Hélio Peluffo Filho, e ao prefeito de Dourados, senhor Alan Guedes, solicitando a destinação de recursos para a realização de obras de pavimentação asfáltica da rua Eisei Fujinaka. É a rua do UBS do bairro Altos do Indaiá, numa região bastante populosa em Dourados, e os pacientes que procuram essa Unidade Básica de Saúde estão tendo muita dificuldade com a falta de condições de tráfego. A reivindicação é da vereadora Liandra Brambilla, também do PSDB. Vale destacar que ano passado o governador, numa reunião com os prefeitos, chegou a anunciar um pacote de obras de pavimentação para todos os 79 municípios do estado. Essa indicação, portanto, é para que vários trechos de Dourados sejam contemplados nesse pacote de obras, em especial os mais precários. Por enquanto é isso. Obrigada, presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, o ilustre segundo vice-presidente da Casa, deputado Zé Teixeira. Aproveito, deputado Zé Teixeira, para solicitar — pois também estou inscrito, falo depois do deputado Lucas de Lima — que Vossa Excelência assumisse na sequência a presidência.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Senhor presidente, senhores deputados. Vou apresentar três indicações. A primeira ao senhor Rodrigo Peres Ramos, solicitando a instalação de iluminação nos estádios Geraldo Gregorini, no distrito de Piraporã; Maurílio Louveira, em Montese; e Cláudio Marongon, em Santa Terezinha, bem como a construção de pista de caminhada com iluminação nos campos de futebol de Montese e Piraporã, no município de Itaporã. A outra indicação vai para o secretário de estado de Governo e Gestão Estratégica, senhor Rodrigo Perez Ramos, e ao superintendente do Dnit, senhor Euro Nunes Varanis Júnior, solicitando estudos para a melhoria do tráfego na rua General Osório, no acesso à BR-463, na área do BNH IV,

assim como na entrada/saída do bairro Campo Dourado, no município de Dourados. Por fim, senhor presidente, registro uma indicação também para o senhor Rodrigo Perez Ramos, solicitando obras de complementação asfáltica na rua Eisei Fujinaka (rua da UBS do bairro Altos do Inaiá) e na rua Manoel Ferreira (rua lateral da unidade de saúde), em Dourados. Só isso, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, o deputado Junior Mochi. Solicito ao senhor deputado Zé Teixeira que, após a fala do deputado Lucas de Lima, assuma a presidência, que eu gostaria de me pronunciar. Por favor, deputado Junior.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, senhores deputados, população que nos prestigia presente à nossa Sessão, quem nos assiste pela TV Assembleia, imprensa, assessores. Faço uso da tribuna para apresentar uma moção de pesar a ser encaminhada aos familiares e amigos do senhor Flávio Trevisan Simões, subtenente da Polícia Militar aposentado, falecido aos 53 anos, dia 25 de abril do corrente. É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Zé Teixeira - PSDB) — Com a palavra, o deputado Lucas de Lima.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Bom dia, senhor presidente Zé Teixeira, bom dia aos presentes nesta Casa de Leis, a quem nos assiste pela TV e Rádio Assembleia. Indico à Mesa Diretora, observadas as disposições regimentais e ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Hélio Peluffo Filho, secretário de estado de Infraestrutura e Logística, com cópia aos senhores Euro Nunes Varanis Júnior, superintendente do Dnit/MS, e Alan Aquino Guedes, prefeito de Dourados, solicitando, em regime de urgência, a realização de estudo para a implantação de semáforo ou outro sistema que possa organizar o trânsito, permitindo a travessia de veículos e pedestres na BR-463, na altura da entrada dos bairros Campo Dourado e BNH 4º Plano, no município de Dourados. A presente indicação visa a atender moradores da região. O senhor Matheus Ali, presidente da Associação de Moradores Vival dos Ipês, procurou nosso gabinete relatando a dificuldade enfrentada por pedestres e motoristas para atravessar a via, tendo em vista o aumento da população e o consequente surgimento de novos bairros ao longo dos anos às margens da rodovia, além do grande fluxo de caminhões e veículos leves nessa via que interliga o município de Dourados a Ponta Porã. Vale ressaltar que a travessia se tornou extremamente perigosa e que várias crianças atravessam a via diariamente para estudar, havendo relatos de moradores que chegam a levar vinte minutos aguardando uma chance para atravessar. Tudo isso leva a comunidade a clamar por providências urgentes, seja através de instalação de semáforo, viaduto, passarela elevada ou outro tipo de travessia que possa dar mais segurança aos moradores da região. Registro outra indicação, ao secretário municipal de Infraestrutura de Campo Grande, Edinei Marcelo Miglioli, solicitando-lhe que providencie os serviços da Operação Tapa-Buraco, na avenida Presidente Tancredo Neves, entre as ruas Gazânia e Plínio Mendes Santos, no Conjunto Habitacional Aero Rancho, em Campo Grande. Outra indicação, ao mesmo

destinatário anterior, solicitando também a Operação Tapa-Buraco para a rua Gabriel del Pino, em frente ao número 549, no bairro Vilas Boas, também na Capital. E outra indicação, pedindo também Operação Tapa-Buracos para a Avenida das Bandeiras, até avenida Manoel da Costa Lima, no bairro Vila Carvalho, em Campo Grande. Somente isso, senhor presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Zé Teixeira - PSDB) — Com a palavra, no Pequeno Expediente, o deputado Paulo Corrêa.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Senhor presidente, senhoras e senhores deputados. Pedi para usar a tribuna para apresentar uma moção de congratulação, e se os colegas acharem conveniente nós poderíamos transformá-la para que saia em nome da Casa. Queria parabenizar, ilustre deputado Pedro Kemp, o governador Eduardo Riedel, e por dois eventos. Primeiro pelo evento de que participei, segunda-feira, que contou com a presença da ministra Simone Tebet, quando assinamos 108 milhões de reais de deliberação do governo Lula para o Focem [*Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul*], fundo do qual o Brasil participa. E nós, na última gestão, ficamos inadimplentes com o Focem. Mas agora, deputado Zé Teixeira, foram liberados para esse fundo aproximadamente cem milhões de dólares, sendo que voltaram para Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, os estados que mais acessaram esse recurso, aproximadamente 300 milhões de dólares — ou seja, pagamos cem que devíamos e recebemos trezentos, colocados em estados que tinham projetos. Três prefeituras nossas foram contempladas. A primeira foi Corumbá — não propriamente a prefeitura, mas sim a Sanesul, para que esta faça a rede na parte de cima de Corumbá, digamos assim, dado que da totalidade de água fornecida para Corumbá, o município só recebe 30%. Setenta por cento, deputado Zé Teixeira, de perda d'água tratada! É muita coisa. Será feito então esse projeto... A segunda prefeitura contemplada é a de Ponta Porã; o Hélio Peluffo quando prefeito fez um projeto; seu sucessor, Eduardo Campos, deu sequência ao trabalho e conseguiu arrancar sete milhões de dólares (35 milhões de reais) a fundo perdido, deputado Zé Teixeira! não precisa pagar de volta, para fazermos a recomposição lá da nossa avenida Internacional. Por fim, para nós é uma satisfação saber que a terceira contemplada é a nossa querida Amambai, deputado Zé Teixeira. O Bandeira conseguiu cinco milhões de dólares para um projeto dele. O senhor se lembra, deputado Zé, que nós discutimos o minianel de Amambai?... Pois saiu esse recurso e não será preciso pagar, porque é recurso a fundo perdido. Então houve ação dos três prefeitos, e houve ação da assessoria técnica do governo do estado: estão todos de parabéns. Mas se não fosse, faço questão de deixar registrado aqui, se não fosse a nossa ministra Simone Tebet, lá no Planejamento, deputado, com certeza a gente não conseguiria cravar projetos para Mato Grosso do Sul. Cento e oito milhões de reais vêm de dinheiro, e 20 milhões de reais o nosso governador Eduardo Riedel põe de contrapartida, dos 20% devidos ao estado. O segundo motivo de comemoração aqui (estava comigo o deputado Marcio Fernandes, presente nessa reunião) é o que ocorreu ontem. Ontem o nosso governador Eduardo Riedel, que na época da pandemia era o secretário de estado de Governo, assinou menos impostos para o Mato Grosso do Sul, batalha nossa antiga, deputado Junior

Mochi, deputado Paulo Duarte, batalha antiga, deputado Pedrossian Neto (que estava lá conosco, deputado Caravina também). Assinou, como dizia, menos impostos, e assinou em nove setores diferentes de pequenas e microempresas, entre os quais os do agronegócio e de bares e restaurantes — assinou a desoneração. Por que desoneração? Porque baixou o imposto. Baixou o imposto, por exemplo, deputado Zé Teixeira, para comprar colheitadeira; baixou o imposto, por exemplo, para comprar trator para a agricultura; mas também baixou o imposto de 17%, Marcio Fernandes, para 2%. É o único estado da Federação que está baixando imposto, deputado Zé Teixeira! Já pensou, que orgulho pra nós termos pedido voto para o Eduardo Riedel? Quero deixar registrado aqui que essa desoneração fiscal é importante para o desenvolvimento de Mato Grosso do Sul, para atrairmos novas indústrias, etc., etc. E o governo fez isso, deputado Zé Teixeira, tecnicamente; mostrou lá a fórmula do PIB de Mato Grosso do Sul, demonstrou que sim, que há condições de fazer essa desoneração para abrir a vários setores, deputada Lia Nogueira, os mais atingidos nesse período todo, a possibilidade de crescer. Então eu quero parabenizar o Eduardo Riedel por estes dois motivos: o Focem e menos impostos para o Mato Grosso do Sul. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Zé Teixeira - PSDB) — Encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Coronel David: quatro indicações (Prot. nºs 01320/2024, 01321/2024, 01322/2024, 01323/2024); dois requerimentos (Prot. nºs 01324/2024, 01325/2024); uma moção de congratulação (Prot. nº 01326/2024); uma moção de aplauso (Prot. nº 01319/2024). De autoria do deputado Jamilson Name: uma indicação (Prot. nº 01383/2024). De autoria do deputado João Henrique: uma indicação (Prot. nº 01342/2024); uma moção de pesar (Prot. nº 01339/2024). De autoria do deputado Caravina: duas indicações (Prot. nºs 01340/2024, 01341/2024). De autoria do deputado Junior Mochi: três indicações (Prot. nºs 01348/2024, 01347/2024, 01346/2024); uma moção de pesar (Prot. nº 01387/2024). De autoria da deputada Lia Nogueira: uma indicação (Prot. nº 01344/2024); uma requerimento (Prot. nº 01345/2024); uma moção de congratulação (Prot. nº 01343/2024). De autoria do deputado Lidio Lopes: duas indicações (Prot. nºs 01351/2024, 01350/2024); uma moção de congratulação (Prot. nº 01349/2024); uma moção de pesar (Prot. nº 01388/2024). De autoria do deputado Londres Machado: um projeto de lei (Prot. nº 01338/2024). De autoria do deputado Lucas de Lima: quatro indicações (Prot. nºs 01364/2024, 01358/2024, 01356/2024, 01357/2024); De autoria da deputada Mara Caseiro: cinco indicações (Prot. nºs 01363/2024, 01362/2024, 01361/2024, 01360/2024, 01359/2024). De autoria do deputado Neno Razuk: três indicações (Prot. nºs 01367/2024, 01366/2024, 01365/2024). De autoria do deputado Paulo Corrêa: três moções de congratulação (Prot. nºs 01386/2024, 01385/2024, 01384/2024). De autoria do deputado Pedro Kemp: três indicações (Prot. nºs 01370/2024, 01369/2024, 01368/2024); uma moção de apoio (Prot. nº 01380/2024). De autoria do deputado Pedrossian Neto: uma moção de pesar (Prot. nº 01352/2024). De autoria do deputado Paulo Duarte: um requerimento (Prot. nº 01382/2024); uma moção de congratulação (Prot. nº 01381/2024). De autoria do deputado Renato Câmara: nove indicações (Prot. nºs 01327/2024, 01328/2024, 01329/2024, 01330/2024, 01331/2024, 01332/2024, 01334/2024, 01333/2024,

01335/2024); duas requerimentos (Prot. nºs 01336/2024, 01337/2024). De autoria do deputado Zé Teixeira: três indicações (Prot. nºs 01355/2024, 01354/2024, 01353/2024). De autoria do deputado do Zeca do PT: um requerimento (Prot. nº 01318/2024).). Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra, a deputada Gleice Jane. Transferida. Com a palavra, o deputado Professor Rinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Senhor presidente, eu gostaria de inverter o meu tempo com o do nobre deputado João Henrique Catan.

PRESIDENTE (deputado Zé Teixeira - PSDB) — Por inversão do deputado Rinaldo, com a palavra, o deputado João Henrique Catan.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — sem revisão do orador — Senhor presidente, colegas parlamentares, público que nos acompanha. Subo a esta valorosa tribuna hoje para denunciar atitudes éticas um tanto quanto imorais do governador Eduardo Riedel e de sua procuradoria. Fizemos, senhor presidente, deputado Neno Razuk, deputado Junior Mochi, um requerimento que várias vezes foi desaprovado por esta Casa; mas consegui sentença favorável concedendo a segurança para que este parlamentar (por mais óbvio que isto fosse) pudesse ter acesso, deputado Neno Razuk, à quantidade, deputado Pedro Kemp, dos recursos oriundos não de desoneração, como disse aqui o deputado Paulo Corrêa — se bem que de certa forma também é —, mas de renúncia fiscal. Era preciso saber qual era esse valor e também entender, deputado Pedro Kemp, qual era a categoria das pessoas que recebiam, quais eram os critérios para definir quem recebia e quem continua recebendo esses valores que orçam pela casa de cinco bilhões de reais/ano — valor que multiplicado por quatro (é uma estimativa, considerando o período da gestão, mas o número deve ser maior) dá algo como 20 bilhões de reais. Como resultado do meu requerimento, deputado Pedro Kemp, descobrimos — e esta Casa não recebe essa informação, e o Tribunal de Contas do Estado não recebe essa informação —, descobrimos que de maneira escalonada (quer dizer, todo ano muda) a coisa vai crescendo: a estimativa é de seis bilhões até o fim de 2024 e de sete bilhões de reais para 2025. Assusta-me muito, deputado Pedro Kemp, e preocupa, esse montante de renúncia de receita, isto sem a Assembleia conhecer, isto sem o Tribunal de Contas (confessadamente!) conhecer. Quem disse isto não fui eu: o próprio TCE confessou nunca ter visto tais informações em mais de quarenta anos de estado. Ora, ao fazer as contas, percebe-se que esse montante representa 20% da totalidade do orçamento disponível do estado! Isto sem a Assembleia Legislativa poder fiscalizar, delinear e aprovar. Isto é um escândalo!... Mas quando se analisa a fonte de renúncia fiscal de receita direta, o ICMS — que todo comerciante paga, tendo de engolir à força essas políticas de inserção de pauta fiscal acima do que vale o produto, políticas de antecipação do pagamento desses recursos, antes da venda —, quando se faz isso, a gente se dá conta de algo ainda pior, a gente enxerga que o governo está renunciando na verdade a 30% só dessa fonte de arrecadação de receita tributária. Isso é escandaloso! Mas aí, deputado Pedro Kemp, como vinha dizendo, nós entramos com mandado de segurança, e um juiz de direito disse: "No estado de Mato Grosso do Sul vige o estado democrático de direito". O que é diferente, deputado Pedro Kemp, de *Estado de Direito*, como é nas mais perversas e persecutórias ditaduras do mundo,

onde existe, sim, um estado de direito; porque o ditador lá instituído também promulga leis, normas, que as pessoas são obrigadas a seguir. Mas num estado democrático de direito questões de receita e de renúncia fiscal têm necessariamente de passar pela casa legislativa, pelos órgãos de fiscalização e controle interno e externo. E está comprovado, deputado Pedro Kemp, que, no caso, essa receita não passa pela nossa Casa nem pelo nosso órgão auxiliar, que é o Tribunal de Contas do Estado. Eu me refiro a isso, deputado Pedro Kemp, porque o juiz determinou que imediatamente fosse detalhada e aberta a caixa-preta do estado do Mato Grosso do Sul no que concerne aos benefícios do incentivo fiscal. E o estado de Mato Grosso do Sul, "sabidamente", desesperadamente ajuizou um pedido cautelar de efeito suspensivo no Tribunal de Justiça do Estado pedindo que nem esta Casa, nem o TCE conhecessem as pessoas às quais ele, estado, sozinho, sem auditoria, sem *accountability*, sem *compliance* — somente com *compra-ice* —, concedeu esse benefício, e de uma quantia correspondente a 30% da maior arrecadação direta de imposto...

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Concede um aparte, deputado?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Não, deputado, eu preciso concluir meu raciocínio; depois pode ser, meu tempo aqui não é tão grande quanto eu gostaria... Pois um dos mais importantes argumentos do estado de Mato Grosso do Sul para suspender o conhecimento do TCE e desta Casa é o da necessidade de vedar a divulgação de informações obtidas em razão de ofício sobre situação econômica ou financeira de sujeito passivo, quando o próprio Código Tributário, no seu artigo 198, diz que aquele que requer benefício público tem o dever de prestar contas, de informar à sociedade o que está fazendo para receber essa quantia monstruosa, deputado Pedro Kemp. Esse desespero do governador Eduardo Riedel me faz lembrar da *República* de Platão, mais especificamente do Livro II, deputado Pedro Kemp. Gíges, que era um pastor, caminhando entre os montes, no conto de Platão, encontra um anel perto de um gigante... Pois esse gigante se assemelha, no meu entender, ao orçamento do estado de Mato Grosso do Sul. Gíges encontra esse anel (talvez piramidal) e, ao se aproximar da reunião de pastores, coloca-o no dedo; de repente, girando o anel para baixo, Gíges nota que ficou invisível... assim como o orçamento secreto a que o governador luta na Justiça para que não tenhamos acesso. Segundo a lição de Platão, essa capacidade de se ocultar talvez seria um dos maiores poderes que alguém que preza por justiça poderia ter nas mãos. Porque a justiça, segundo esse ensinamento de Platão, existe como um poder-dever na cabeça da pessoa que entende, deputado Pedro Kemp, deputado Paulo Duarte, que seus atos serão vistos, fiscalizados. Mas a questão é saber o que você faria se tivesse a certeza de que ninguém o veria praticando determinada ação. O que temos nesse caso é um orçamento fiscal platônico, é como se o governador estivesse colocando o Anel de Gíges e o virando para baixo: "Não quero ver, não quero olhar, não quero detalhar"... Mas por qual motivo?! O que teme o governador?...

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Concede um aparte?...

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Não concedo, deputado, estou invisível igual ao governador do estado, Eduardo Riedel neste momento... Esse desespero, deputado Pedro Kemp, decorre de uma violação legislativa, à nossa Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina que de maneira impreterível, irrenunciável, se faça na aprovação das peças orçamentárias o detalhamento dessa informação, que a Assembleia Legislativa participe. E mais: o Supremo Tribunal Federal disse que nem mesmo o Tribunal de Contas da União é competente e capaz para afastar uma norma legislativa. Ou seja, o nosso Tribunal de Contas do Estado de maneira nenhuma poderia determinar a aprovação com ressalvas de uma informação de cinco bilhões de reais — não enviada e não detalhada. E pior, são vinte bilhões! Porque isso acontece todos os anos na aprovação de contas das peças orçamentárias do governo do estado, do orçamento que é executado. Agora, subo hoje à tribuna para conversar com o Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul. Porque fiz um agravo a essa decisão de um juiz de primeira instância (substituindo, convocado) que suspendeu uma sentença de primeiro grau (exarada num mandado de segurança, fundamentada, com todos os argumentos debatidos) sob a alegação de que há um perigo iminente em dar conhecimento à Casa de Leis, em dar conhecimento ao órgão de contas do estado, o que não faz o menor sentido. O mito do Anel de Gíges, senhores, que evoquei aqui, inspirou o livro *O Senhor dos Anéis*. No livro de Tolkien, deputado Zé Teixeira (não sei se Vossa Excelência assistiu ao filme ou leu o livro), de inspiração platônica, são vários anéis. O anel número um, que controlava todos os outros anéis, era o que tinha justamente o poder de tornar invisível o seu detentor, quando girado de cabeça para baixo. É o que nos parece agora que querem fazer, girar o orçamento do estado de cabeça para baixo e de costas para Assembleia Legislativa do meu estado. Um dos vários sonhos do campo-grandense, como sabe o deputado Lidio Lopes (que essa informação deve ter chegado aos ouvidos da prefeita), é ter um, dois, três viadutos para desafogar, resolver o problema de circulação, de mobilidade no trânsito, assim como sonha o sul-mato-grossense com a duplicação das rodovias do estado. Pois eu digo ao campo-grandense, eu digo ao sul-mato-grossense, deputado Zé Teixeira, que com esse recurso de vinte bilhões de reais (em quatro anos) daria para duplicar e pavimentar oito mil quilômetros de estradas, sendo que o estado tem em seu poder seis mil quilômetros de estradas estaduais. Talvez esses incentivos sejam positivos. Digo talvez porque não tive a possibilidade de examinar de perto a situação, esta Casa não teve a possibilidade de discutir se queria ou não conceder, não teve a possibilidade de auditar, de fiscalizar, não lhe foi dado ver se havia reversão desse incentivo, deputado Zé Teixeira, em benefício do povo, além da geração de empregos. São incentivos que, claro, geram empregos, só que nós não sabemos quantos, porque estamos impedidos de fiscalizar. O que sabemos é que são cinco bilhões de incentivos, que temos de confiar naquilo que diz o governador, e que temos de nos esquecer da nossa responsabilidade e da nossa capacidade de fiscalizar; é confiar nos empregos que ele diz que são gerados e esperar o pix... Todos esperam dos benefícios, deputado Junior Mochi, o pix, porque quando o empresário recebe, ele faz um pix e manda todo esse recurso para outro estado, para uma sucursal, até para fora do país. E nós outros ficamos sem a possibilidade sequer do aquecimento econômico que adviria dessa receita. Nós ficamos, sim, com os

empregos, mas amanhã ou depois eles podem ir embora; e nós ficamos sem saber qual é o compromisso do estado em mantê-los aqui, porque não tivemos a oportunidade de fiscalizar a contrapartida. Isso é muito sério! Isso é grave!... Nós teríamos a possibilidade, deputado Rinaldo, de construir aproximadamente mil viadutos. Mil viadutos!... "Mas, João Henrique, de onde você tirou esses números"? Da Plaenge. A Plaenge, com toda a auditoria, com todo o *compliance*, com toda a *accountability*, demonstrou que vai construir um viaduto com 25 milhões. De maneira que nós teríamos a possibilidade de transformar — prestem atenção! — a rede de transporte urbano. A população anda espremida, assando nesses ônibus que na verdade deveriam passar lá no *Lata Velha* do Luciano Huck para deixarem de ser esses verdadeiros fornos ambulantes, que falham, que quebram; ali o passageiro sua, tressua, se atrasa... Trazer o metrô ou o VLT para Campo Grande? Nossa, parece um sonho!... O meu sonho, deputado Rinaldo, é abrir essa caixa-preta, porque com esse recurso, segundo os números dos Tribunais de Contas dos estados e do municipal de São Paulo, daria para fazer vinte quilômetros de metrô! E sabe quanto daria para fazer de VLT? 133 quilômetros de VLT! E sabe quanto, deputado Junior Mochi, há de malha metroviária no município de São Paulo, cuja primeira linha de metrô foi inaugurada em 1974, uma das mais antigas do país?... 104 quilômetros de extensão de malha metroviária. Então estamos falando de um recurso — claro que em tom de comparação, hipotético — com que poderíamos trazer para Campo Grande 133 quilômetros de VLT; teríamos a possibilidade de construir 200 mil unidades habitacionais onde poderiam morar, considerando quatro integrantes por família, um milhão de pessoas! E qual é a população total do estado de Mato Grosso do Sul?... Estou aqui fazendo um exercício em cima de uma totalidade, porque são os números que tenho aqui; mas a questão, que esta Casa tem de discutir, é o quão eficiente está sendo o uso desses vinte bilhões, é se porventura digamos 30% disso aí não estarão sendo desviados para a corrupção, para a ineficiência da fiscalização daqueles que recebem e não cumprem com o seu dever estatal. Vejam Vossas Excelências como são as coisas; Campo Grande discute aqui toda hora repasse do estado para tapar buraco, para a saúde; enquanto isso os municípios estão um caos. Nós poderíamos transformar a educação, deputados, poderíamos criar aqui *vouchers* educacionais e custear o estudo de todos os nossos alunos nas melhores escolas do Brasil e do mundo — e mesmo assim esse dinheiro não iria acabar, não haveria alunos em número suficiente para esgotar esse recurso. Volta e meia vem à baila a questão da falta de recursos para a previdência dos servidores. Pois esse recurso de que falo seria capaz de pagar na sua totalidade, deputado Antonio Vaz, cinquenta folhas de pagamento do estado durante cinquenta meses! Esse recurso poderia pagar integralmente 92 folhas do município de Campo Grande. Com esse recurso poder-se-ia dobrar a folha de pagamento salarial, se você ganha cinco salários, você poderia ganhar dez, tranquilo, que o dinheiro estaria no caixa, igualzinho como fizeram com os cargos comissionados do estado... Mas entregaram o quê para o aposentado, entregaram o quê para o servidor público efetivo? Três, quatro por cento, um por cento! A correção do que eles estão votando e nos entregando, sem abrir essa caixa-preta, não cobre sequer a correção inflacionária, basta ver o comportamento do IGP-M, Índice Geral de Preços - Mercado). Durante a pandemia (2020-2022) esse índice

ficou em 20% (de um ano para outro, 40%). Aí, para corrigir o cargo dos cupinchas que trabalharam em eleição, ou que foram obrigados a tal, cem, cento e cinquenta, duzentos por cento! Então deixem-me dizer aos magistrados do Tribunal de Justiça: Vossas Excelências nunca — nunca! — tinham visto um parlamentar, um político, ter a coragem de levar tão longe, às instâncias superiores do TJ, essas informações. Pois o Poder Legislativo, insisto, não conhece essas informações, a Polícia Civil não conhece, o Ministério Público não conhece, o Tribunal de Contas do Estado não conhece; os legisladores, representantes do povo, não conhecem essas informações. Mas agora o estado está num esforço desesperado para que tampouco o TJMS conheça essas informações. Então, quem quiser estudar o tema, tem agora uma oportunidade de ouro, quando do julgamento desse agravo (sob nº 1401786-50/2024.8.12.0000). Agora todas as autoridades implicadas na questão vão poder conhecer esses dados, vão poder vir aqui a esta tribuna ajudar a achar uma solução para problemas históricos do estado... Daria para construir, com esse recurso, aproximadamente cem hospitais municipais; daria para construir 500 hospitais veterinários no estado inteiro. A lista de sonhos, a lista de transformação verdadeira no estado de Mato Grosso do Sul é infinita — é infinita mas desde que nós, Poderes constituídos legalmente (Legislativo, Executivo e Judiciário) façamos a nossa parte. Permitam-me aqui dizer a Vossas Excelências que a população deseja, sem dúvida, mais do que simplesmente alguns e poucos empregos sem fiscalização, ela deseja um estado próspero, com serviços públicos de qualidade, com acesso à saúde, educação e segurança de qualidade; ela, população, deseja um estado que invista em seu povo e em seu futuro. Portanto, proponho que revejamos a forma como o estado vem agindo, que não seja apenas um *estado de direito* (concedendo esses benefícios fiscais), que seja também um Estado Democrático de Direito... De maneira que nós não podemos permitir que o capital dessas empresas seja investido noutros estados, noutros países. É hora de repensar nossas prioridades, de darmos uma guinada de rumo, garantindo que os recursos públicos sejam utilizados de forma eficiente, em benefício do cidadão sul-mato-grossense — e com aprovação da Casa Legislativa do Povo, com resolução dos problemas históricos, com transformação. Que grande obra de infraestrutura temos visto? O que vimos foi o governo capengando para terminar um aquário, cujo nome, por inveja, mudou para Bioparque, o que representou 200 milhões de reais, aproximadamente, dos vinte bilhões cuja forma de investimento e cujos setores beneficiados são omitidos desta Casa. Nós precisamos priorizar aqui, colegas parlamentares, aquilo que realmente é anseio do povo. Eu não sei se foi por medo que o governador Eduardo Riedel transferiu essa responsabilidade a seus secretários, vai ver ele mesmo já entendeu que a qualquer tempo o Gaeco pode bater nessa coordenadoria de incentivos fiscais para me ajudar naquilo que estou tentando denunciar há muito tempo. Governador Eduardo Riedel, eu gostaria muito de saber o que faz Vossa Excelência quando ninguém está vendo, quando ninguém fiscaliza a destinação desses recursos. Governador Eduardo Riedel, este deputado gostaria de ser quatro vezes você, como diz a música do Capital Inicial. Mostre aquilo que vem escondendo, e tenha neste parlamentar um parceiro institucional. Era o que tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, pela ordem...

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Concedo o aparte ao deputado...

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Encerrou o seu pronunciamento?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Eu sou refém do "pela ordem".

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Não. Regimentalmente Vossa Excelência não pode permitir aparte nos seus dois minutos finais.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Então vou utilizar esse tempo para concluir... Presidente, é interessante ver que o PSDB hoje tem um projeto de governo para a prefeitura da Capital. Vejam, relativamente à não contabilização desses recursos, vai aqui uma dúvida importante: que gestão quer levar o PSDB para prefeitura da Capital, quando, da análise dos índices de 2012, dos repasses desses recursos de ICMS em percentuais absolutos, vemos que cada vez mais há um desprestígio com a capital? O que se vê, deputado Junior Mochi, é que tanto a capital quanto o interior estão abandonados, quando esses recursos poderiam ser internalizados. Mas, especificamente quanto à capital, o que faz o PSDB, quando diminui o repasse de 25% para 23%, para 22%, para 21%, para 20%, para 18%, para 16%, para 14%, para 13%?!... Ora, esses repasses, em percentual, caíram mais da metade. E o que faz o governo do PSDB com a nossa Cidade Morena? Deixa o gestor desesperado, enforcado, sem recursos, e quando não resta mais nada a fazer, senhores, esse gestor, como um indigente que aceita uma migalha de miolo de pão, imediatamente ingere aquele acepipe sem tempo para ver se era doce, salgado, duro ou até mesmo podre — porque é obrigado a aceitar passivamente a política fiscal adotada pelo governo, sem dar este satisfação alguma para nenhum órgão de controle. Quem diz isso? A corte suprema contábil e fiscalizatória deste estado, o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul. Era o que tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Paulo Duarte.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Senhor presidente, peço pela ordem, primeiro pelo princípio democrático, ou seja, pela necessidade de que haja pontos e contrapontos, e segundo, porque já se exauriu o tempo do Grande Expediente. Quero tecer algumas considerações sobre esse tema, até porque toca num meio que é a minha origem — tive a honra de ter feito concurso, de ter-me tornado servidor público do estado. Mas me preocupa quando saímos das questões técnicas que têm de ser respondidas e começamos a personalizar: eu vejo muita *personalização*. O governo é uma grande equipe, e o governador com certeza não fica cuidando de detalhes como incentivos fiscais. Eu quero falar até porque, como diz o deputado Paulo Corrêa, é preciso esclarecer esse tema. Acho importante o pronunciamento do deputado João Henrique, até porque é esse o papel do Parlamento, ouvir todos os lados. Quero falar porque acho que muitas vezes a gente acaba generalizando, personalizando, como se

fez aqui semana passada em torno da figura do secretário Hélio. Conversava há pouco com o deputado Caravina, eu já fui prefeito, Sua Excelência também, a gente sabe como isso funciona. O que eu quero dizer é que esses temas têm e merecem respostas, merecem-nas tanto o deputado João Henrique como os demais parlamentares desta Casa. Desde que entrei no estado ouço falar nos tais incentivos fiscais. Quando o estado devia quatro folhas (era servidor público à época), a saída foi trazer investimentos, porque quando você abre mão, teoricamente, de investimentos, você está gerando recursos na economia, e isso nós precisamos debater tecnicamente. Farei esse debate, deputado João Henrique, com Vossa Excelência aqui. Respeito o seu papel, já estive aqui como deputado da oposição, acho tranquilo. Chegou a hora de esta Casa debater esse tema, esclarecer, explicar como que isso funciona. Porque toda hora ouço uma coisa que confesso me incomoda muito, até pela minha origem: que o estado abre mão de cinco bi, de sete bi, de dez bi... Eu vou dar só uma explicação aqui, de coisa de que participei. O deputado Zé Teixeira estava aqui à época, eu era superintendente, o secretário era o Paulo Bernardo. Nós fomos lá para Americana (lembra-se do Pedro Bazanelli?), fomos para Americana atrás de uma indústria têxtil que havia lá, demos-lhe um incentivo (alteramos a Lei nº 701, da época do governador Pedro Pedrossian) de 87%. O estado abriu mão de 87%?... Não! Porque esse dinheiro não existia aqui. Ora, dar incentivo fiscal não quer dizer que o estado abre mão necessariamente de toda a receita — nalguns casos, sim. Acho que temos que debater de forma definitiva esse tema, e tecnicamente farei isso na terça-feira, para que tenha o mesmo tempo que teve o deputado João Henrique. Muito obrigado, senhor presidente.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Pela ordem, presidente...

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Pela ordem, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Eu fui citado pelo deputado Paulo Duarte em duas informações que não correspondem à realidade dos fatos. Um. Eu não *pessoalizei* nada com relação ao secretário de Educação, nem sequer citei o nome dele. A primeira vez que apareceu seu nome foi agora na fala do deputado Paulo Duarte. O que fiz foi citar um contrato entre tantos outros, que citarei e trarei toda semana se possível, para municiar nossos debates. Segundo. Esses números que cita Vossa Excelência, deputado Paulo Duarte, isso de o estado abrir mão de cinco, sete bi, dos quais Vossa Excelência sempre ouviu dizer — é exatamente isso, Vossa Excelência *ouviu dizer*, eles não *existiam*, só passaram a existir depois desses requerimentos administrativos e judiciais. Então, no mérito, o que nós queremos é exatamente isto: conhecer, abrir a caixa-preta e poder discutir detalhadamente. Apenas essas informações que Vossa Excelência citou a meu respeito, gostaria de as corrigir. Obrigado.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Registro a presença do grande amigo nosso, meu irmão, amigo desta Casa, o Jota. Seja bem-vindo, que Deus o abençoe [*aplausos*]... Com a palavra, pela ordem, o ilustre deputado Pedrossian Neto.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Pedi pela ordem, usando a prerrogativa da liderança, segundo o artigo 99 do nosso regimento... Antes gostaria de cumprimentar o meu amigo Jota, fico feliz de vê-lo aqui, Jota, você é merecedor das palmas, do carinho do público... Quanto a essa discussão sobre o incentivo fiscal, quero dizer que prestei muito atenção à fala do deputado João Henrique, até mesmo à metáfora que ele utilizou a respeito do Anel de Giges, que é o anel da invisibilidade, não é isso, deputado João Henrique?... E fiquei curioso, porque esse anel tem o poder mágico de tornar alguém invisível. Pois eu acho que Vossa Excelência foi quem usou o anel da invisibilidade ontem, porque ontem o governo do estado fez a prestação de contas de 63 novos incentivos fiscais por ocasião da apresentação do Sebrae, quando citamos inúmeras empresas, detalhamos investimentos, detalhamos a geração de emprego, a renúncia fiscal. Toda a Assembleia Legislativa foi chamada para estar presente... e Vossa Excelência não estava presente! É fácil usar a tribuna e falar do Anel de Giges, de invisibilidade — mas Vossa Excelência certamente o estava usando. Com relação à transparência, com relação à *compliance*, com relação à convalidação de incentivos fiscais, eu quero lhe dizer, talvez Vossa Excelência não saiba, que todo e qualquer incentivo fiscal firmado no estado de Mato Grosso do Sul precisa ser submetido ao Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária) e precisa da anuência dos 27 estados da federação, que por unanimidade precisam validá-lo, após o que é enviado para deliberação desta Casa de Leis, que por sua vez vota, pela validação dos conselhos Sinief [*Sistema Nacional de Informações Econômico-Fiscais*] — que inclusive nós votamos recentemente nesta Casa, e queria ver se Vossa Excelência votou favoravelmente, porque esta Casa teve conhecimento, sim, através daquilo que validou o Confaz!... Então, senhores, a legislação brasileira dispõe, sim, de mecanismos de *compliance*; a legislação brasileira dispõe, sim, de mecanismos de freios e contrapesos, e esta Casa Legislativa foi chamada a se pronunciar com relação a isso — quero saber se Vossa Excelência votou favoravelmente ou contra a convalidação dos termos de acordos do Sinief. Quero dizer também que faço minhas as palavras do deputado Paulo Duarte, quando ele diz que não é correto dizer que estamos abrindo mão de arrecadação dum nível corrente. Porque se nós não concedêssemos esses incentivos fiscais, se Mato Grosso do Sul não tivesse a coragem de implementar a melhor política industrial do Brasil, nós não teríamos esse nível de crescimento econômico que fez com que este estado, ano passado, tivesse 6,6% de crescimento! enquanto que o país cresceu 2,9%. Nós crescemos o dobro da média nacional. Em 2020, o orçamento do estado (a Lei Orçamentária Anual) era de 15 bilhões de reais. Vossa Excelência votou, todos os deputados votaram a lei orçamentária para 2024, de R\$ 25.488.000.000,00 — mais de dez bilhões de crescimento em quatro anos! Por quê? Porque temos o melhor incentivo fiscal do Brasil, porque nós entramos na guerra fiscal para ganhar, e o Mato Grosso do Sul é vencedor. Porque o Mato Grosso do Sul tem comando, porque Mato Grosso do Sul tem governo, e nós temos mais de cem bilhões de reais de investimento industrial anunciados, e o maior investimento de toda a América Latina sendo feito aqui em Ribas do Rio Pardo. Porque agora Eldorado falou que vai duplicar e nós vamos ter mais 25 bilhões de reais. Nós temos a Inpasa em Sidrolândia. É um Mato Grosso do Sul que dá certo. Nós temos o maior investimento *per capita* do Brasil. De tudo que é arrecadado

dentro deste estado, 18% são investidos: 4,5 bilhões de reais investidos neste estado! Nós temos uma taxa de pobreza extrema de 2,8%: é das menores do Brasil! Nós temos 4% de desemprego: uma das menores taxas do Brasil. Enquanto o país está estagnado, Mato Grosso do Sul está crescendo. E por que que nós estamos fazendo isso? Porque temos incentivo fiscal! Porque nós temos esse instrumento de política, instrumento esse que está sendo convalidado pelo Confaz, instrumento esse que passa pelo Conselho de Desenvolvimento Industrial, de cujas decisões Vossa Excelência pode participar. Incentivo fiscal que foi apresentado ontem! Não foi anteontem, foi ontem, no Sebrae. Todos os deputados foram chamados; Vossa Excelência foi chamado e não esteve presente... Mas prefere usar essa tribuna para lançar suspeitas infundadas, sem apontar o problema, dizendo que está tudo errado. Desculpe, deputado João Henrique, mas nós estamos no caminho certo, Mato Grosso do Sul tem governo, o estado está avançando, está se desenvolvendo, e eu tenho certeza absoluta de que se prosseguirmos por esse caminho, nós vamos chegar ao desenvolvimento pleno. Muito obrigado.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Pela ordem, senhor presidente, eu fui citado.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Gostaria de pedir...

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Apenas para corrigir uma informação, senhor presidente. O deputado Pedrossian Neto disse que eu recebi um convite para participar dum evento: não recebi. Quero então contrapor o deputado; quando se quer convidar alguém, a gente pega o telefone, liga *[risos na plenária]*... ou envia um convite... Vocês estão parecendo criança de escola, temendo desagradar ao professor, eu sei que o professor é o Eduardo, o biólogo... Quero dizer a Vossas Excelências que estou travando um debate dentro de um processo judicial, em alto nível, e é ali que o governador, ou por covardia ou por receio, se omite e deixa de ser transparente. Deputado Pedrossian Neto, tudo isso que Vossa Excelência disse é interessantíssimo, extraordinário. Só que não fique do lado de quem não defende a transparência fiscal, em tudo que está sendo feito. Apenas isso. Defender os benefícios, defender as possibilidades de crescimento do estado, ótimo... Mas qual é o medo de abrir todos os dados, em lugar de ficar qual papagaio de pirata do governador respondendo o que ele fala, não havendo a possibilidade nem no Sebrae, nem em qualquer outro lugar, de certificar. Vossa Excelência fala, mas Vossa Excelência não consegue certificar. Por quê? Porque o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul não é capaz de certificar!! Esta Casa não é capaz. E quem disse isso foi a corte de contas. Ora, nós estamos falando de situações diferentes.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Deputado.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Desculpe, senhor presidente, mas eu não posso aceitar ilações sobre argumentos que não se referem àquilo que estou falando. Obrigado pela concessão da palavra pela ordem. Fiz essa retificação porque a entendi necessária.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Agradeço. Queria obedecer ao Regimento, vamos baixar um pouquinho o tom... Em todo caso, levando a discussão em alto nível, acho que tudo bem. Tire o "covardia", porque acho que o nosso governador não é covarde, deputado. Não aceito, como deputado que pediu voto para esse governador: o Riedel não é covarde. Então eu não aceito essa alcunha que Vossa Excelência quer colocar nele. Fica ruim para nós aqui na Casa, se Vossa Excelência me permite... Encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Solicito ao segundo-secretário que verifique se há quórum para deliberação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, há quórum para deliberação.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Item 1. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 012/2024. Autora: deputada Lia Nogueira. "Altera a redação de dispositivos da Lei nº 1.810, de 22 de dezembro de 1997, nos termos que especifica, para dispor que o IPVA devido por proprietário ou possuidor com deficiência física, visual, mental severa ou profunda, síndrome de Down ou autista, definida no regulamento, fica reduzido de 60%, relativamente ao veículo automotor que se destine exclusivamente ao seu uso." A Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração emitiu parecer favorável, por unanimidade, à Emenda Substitutiva Integral 01, tendo como relatora a deputada Gleice Jane. A Comissão de Finanças e Orçamento emitiu favorável por unanimidade à Emenda Substitutiva Integral 01, tendo como relator o deputado Coronel David. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Com a palavra a deputada autora Lia Nogueira para declaração de voto.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Presidente, gostaria de assinalar a importância desse projeto de lei, criteriosamente construído. Desde que o apresentamos neste Parlamento (está na segunda votação), tivemos uma resposta muito positiva, presidente, principalmente de pais e mães de pessoas com Transtorno do Espectro Autista, síndrome de Down, etc. Esse projeto vem, na verdade, para desburocratizar a concessão desse benefício de 60% de desconto no IPVA, que já é lei aqui no estado, porém até aqui a titularidade do veículo devia estar em nome da pessoa com deficiência. Enquanto mãe de um jovem atípico, percebo que essas pessoas precisam de auxílio no transporte para sessões de psicologia, fonoaudiologia, fisioterapia, etc. E quem normalmente faz isso é o tutor: é o pai, a mãe, a tia... São mulheres que abdicam, deixam de lado, deputado Pedro Kemp, a própria vida para poder cuidar dos seus filhos com deficiência. Então creio que é um projeto que vem para fazer valer também a política pública de inclusão, de acessibilidade em Mato Grosso do Sul; e tenho certeza, presidente, que esta Casa de Leis terá a sensibilidade de aprovar nosso texto por unanimidade, e o governador do estado, não menos sensível, que trabalha nessa política, vai sancionar, e Mato Grosso do Sul mais uma vez será um exemplo para os demais estados da federação. Obrigada, presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Deputado Paulo Duarte, para declaração de voto.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Primeiramente surgiu uma questão aqui acerca da constitucionalidade do projeto, questão de vício de iniciativa, quando se trata aqui de uma espécie de isenção. Bem, mas aqui a deputada Lia esclareceu muito bem, quer dizer, antes a legislação só dava isenção ao proprietário do veículo; e de fato às vezes o tutor é o pai, a mãe, o cuidador da pessoa com deficiência. Então, o que é isento é o veículo. O projeto é absolutamente constitucional, não há nenhum vício de iniciativa. Parabéns à brilhante deputada Lia Nogueira: projeto muito, muito interessante.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Ainda em votação.
Projeto de Lei nº 012/2024, de autoria da deputada Lia Nogueira.

Presidente — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Duarte (PSB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.

SEGUNDO SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp – PT) — Senhor presidente, são vinte votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Aprovado. Vai à redação final por ter sofrido emendas. Item 2. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 011/2024. Autor: deputado Pedrossian Neto. "Dispõe sobre a obrigatoriedade da comunicação ao Ministério Público Estadual da realização de registro de nascimento nos casos de mães ou pais menores de quatorze anos, pelos cartórios de Registro Civil." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, à Emenda Substitutiva Integral 05, tendo como relator o deputado Junior Mochi. Em discussão... Para discutir, o deputado Pedrossian Neto.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Senhor presidente, apenas para informar aos nossos pares a importância desse projeto de nossa autoria. O projeto estabelece que — quando do nascimento de uma criança, cujos pais têm menos de 14 anos, seja a mãe, seja o pai —, estabelece que o cartório de registros fica obrigado a notificar o Ministério Público para que este apure a existência ou não se houve no caso crime de pedofilia ou abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. O projeto põe mais um instrumento de controle nas mãos da sociedade, porque nascem de fato muitas crianças de pais nessa condição, com menos de 14 anos, e é uma situação que inspira cuidados. Agora vai começar o Maio Laranja, temos aí trinta dias para discutir esse tema, tema tão doído na sociedade, crime que está se popularizando. Muitas vezes isto acontece debaixo do nosso nariz e a gente não sabe. Então, ao criar esse mecanismo institucional para os cartórios, nós estamos criando mais um instrumento de controle da sociedade, para tentar prevenir esse crime. Resolve o problema? Claro que não, mas é mais um instrumento de controle para a sociedade defender a criança e o adolescente. Por isso peço o voto favorável dos colegas. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Encerrada a discussão. Em votação...

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Para justificar o voto.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Para justificar o voto, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Só queria parabenizar o deputado Pedrossian Neto. É um projeto simples mas de alcance muito grande. Na medida em

que se consegue, através dos registros, identificar mães, pais menores de 14 anos, estar-se-á ao mesmo tempo se aproximando daquele que cometeu o crime. Acho isso extremamente importante, contribui obviamente para o aperfeiçoamento do sistema nosso policial de identificação daqueles que molestam e estupram vulneráveis. Parabéns ao deputado Pedrossian Neto. Voto favorável.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Para justificar o voto, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Para justificar o voto, o deputado Professor Rinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Eu quero também cumprimentar o nosso colega deputado Pedrossian Neto. Está é uma bandeira, deputado Paulo, Vossa Excelência sabe, que venho empunhando desde o meu primeiro mandato, foi um dos primeiros projetos que apresentei aqui, numa segunda semana de maio, semana de combate à pedofilia. Eu participei como presidente da Fenasps [*Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social*], é uma situação extremamente complexa, porque ocorre muitas vezes dentro do ambiente que deveria ser o lugar mais sagrado, a própria casa, envolvendo muitas vezes pessoas com grau de parentesco com a vítima, às vezes o próprio pai — isso permeia a sociedade, em todas as áreas. Então quero aqui cumprimentar o Pedrossian Neto, quero dizer que a gente vota sim. É, com efeito, um instrumento a mais para coibirmos esse crime, nojento, terrível. Às vezes a pessoa se vê aprisionada dentro da própria casa por aquele que mais deveria lhe dar apoio, carinho, proteção, muitas vezes seu próprio genitor. Parabéns. Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Ainda em votação.

Projeto de Lei nº 11/2024, de autoria do deputado Pedrossian Neto.

Presidente - deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Primeiro-secretário - deputado Paulo Duarte (PSB).

Segundo-secretário - deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA CLEICE JANE (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PP) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, dezenove votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 3. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 069/2024: Autor: deputado Caravina. "Institui, no âmbito do estado de Mato Grosso do Sul, ações de incentivo ao serviço de radiodifusão comunitária, e dá outras providências." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Junior Mochi. Em discussão...

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Presidente, para discutir o projeto.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Para discutir, o ilustre autor deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Esse projeto de lei resulta de um dos pedidos que nos chegou da diretoria da Farcom, que é a Federação das Associações das Rádios Comunitárias, do Valdemir Peninha e do Edson. É um projeto que vem ao encontro de um importante trabalho que as rádios comunitárias exercem nos municípios de Mato Grosso do Sul, em especial nos pequenos. Nalguns municípios, o único meio de comunicação, de difusão de informação, de apoio inclusive às ações do Legislativo, do Executivo, são as rádios comunitárias. E essas rádios são impedidas de receber recursos de publicidade, porque trabalham com apoio cultural. Esse projeto cria incentivos, a possibilidade de ações de incentivo — não só o fomento, mas também

manutenção, desenvolvimento de projetos. É um apoio a esses importantes meios de comunicação, que existem em todos os municípios do estado, principalmente, com papel relevante, nos pequenos. É um projeto que dá valor a essas rádios comunitárias e eu pediria o apoio dos colegas na aprovação dessa lei; e aí, lógico, depois o Poder Executivo vai regulamentar, vai ver as melhores condições para promover esse incentivo, esse apoio às rádios comunitárias. Era isso, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Para discutir, o ilustre deputado Jamilson Name.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Senhor presidente, queria só parabenizar o deputado Caravina pelo brilhante projeto que vai beneficiar essas rádios comunitárias, que desenvolvem um grande trabalho aqui em Mato Grosso do Sul, espalhadas por todos os 79 municípios: acho medida essencial para promovermos algum benefício para elas. Parabéns, deputado Caravina.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Senhor presidente, pela ordem... Só para parabenizar o autor do projeto. Eu que sou um cara da rádio, que vivo da rádio há mais de trinta anos aqui no estado de Mato Grosso do Sul, entendo perfeitamente a importância desse projeto. As rádios comunitárias fazem um serviço maravilhoso para a comunidade. Agora mesmo estava com o vice-prefeito lá de Taquarussu; lá a única emissora de rádio é comunitária, não existe ali uma emissora com concessão. E as pessoas que se envolvem nesse trabalho têm todo tipo de despesa e não conseguem ajuda, primeiro porque via de regra o comércio é muito pequeno e não possibilita essas ajudas culturais. Essa liberação para o governo do estado poder enviar recursos para essas rádios realmente é de suma importância. Inclusive ano passado eu tinha entrado com uma indicação pedindo ao governo uma providência nesse sentido. Parabéns ao deputado Caravina!

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Declaração de voto, presidente. Quero também parabenizar o colega deputado Pedro Caravina por essa iniciativa. Eu, como ex-profissional da rádio (da televisão também) sei da situação. As rádios comunitárias realmente têm tido um alcance muito grande naquelas cidades menores. Essa lei vai permitir democratizar, ampliar o alcance dessas rádios, muitas das quais, como salientou o deputado Lucas de Lima, não têm incentivo algum para se manter. Então esse projeto vem em boa hora, é uma forma de regulamentar, reorganizar, dar esse suporte para essas rádios comunitárias, que desenvolvem um excelente trabalho, mostrando à comunidade aqueles problemas bem locais, lá da ponta, que muitas vezes não encontram espaço numa rádio maior. É a voz do povo então que reverbera. Parabéns, deputado Caravina. Voto sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Pela ordem novamente... Nós temos um grande locutor aqui de rádio comunitária, que ficou caladinho, que é o Professor Rinaldo: ele já foi locutor de rádio comunitária.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — OK, registrado. Encerrada a discussão. Em votação.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Para declarar... Só queria cumprimentar o nosso colega autor Caravina. Tive, sim, a honra de trabalhar três anos numa rádio comunitária, e pude constatar de fato que essas rádios prestam um serviço importante para a comunidade. Voto sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, para declarar também... Somo-me aos demais colegas, é um projeto extremamente importante, as rádios comunitárias prestam, de fato, um relevante serviço à sociedade. E vou além. Hoje tivemos três projetos de grande alcance social. Então, quero dar meus parabéns à deputada Lia Nogueira, ao deputado Pedrossian Neto e ao deputado Caravina, pelas matérias submetidas a votação na sessão de hoje. Parabéns!

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Ainda em votação.

Projeto de Lei nº 069/2024, de autoria do deputado Caravina.

Presidente - deputado Paulo Corrêa (PP).

Primeiro-secretário - deputado Paulo Duarte (PSB).

Segundo-secretário - deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) - Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Encerrada a votação. Solicito o resultado da mesma ao senhor segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 4. Em discussão única e votação simbólica: 05 requerimentos, 07 indicações e 04 moções de congratulação. Em discussão...

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Presidente, eu quero pedir vista do Item 4, o de nº 1.297/2024, do deputado João Henrique, desse requerimento à Ageprev. Primeiro porque esta Casa formou uma comissão para tratar desse assunto da previdência que envolve várias informações que estão sendo pedidas nesse requerimento. Então quero pedir vista e já solicitar que esse requerimento seja encaminhado para a comissão, para que esta faça os questionamentos, dentro do estudo que está empreendendo com relação à Ageprev, com relação à possibilidade do aumento de isenção. Enfim, peço vista para que o item seja retirado de pauta.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Concedida vista, nobre deputado.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Pela ordem, presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado João Henrique, autor do requerimento.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — O pedido de vista do deputado Caravina é pertinente. O que é impertinente é a barbaridade de querer cercear as informações individuais de um deputado, o seu poder de atuar individualmente, o que é constitucional. Então se o meu requerimento não andar, vou apelar às instâncias regulares, e ora, são informações atuariais. Eu não vejo essa pertinência de mandar para uma comissão.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Deputado, eu fiz uma sugestão.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Tudo bem, mas são números, que deveriam ser públicos. Já concluo a minha fala, presidente... É pertinente o seu pedido de vista, é regimental, o senhor está no seu direito; é só um comentário que faço, porque são números que já deveriam estar publicados. Obrigado. O senhor tem razão.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Não está sendo feito nenhum bloqueio do seu requerimento. Foi pedida vista, e por um deputado que compõe a comissão. Então, em vez de cinco requerimentos, estamos votando quatro... Pois não, deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Senhor presidente, eu vinha vindo de Dourados ouvindo a entrevista, que deve estar gravada, da atual prefeita de Campo Grande. Ela deve ter falado uns trinta minutos no microfone da emissora do nosso amigo B. de Paula. Muito diferente do que ouvi hoje da tribuna, diz ela o seguinte: "Independentemente de política, que cada um tem seu candidato, tudo que eu acordei com o governador Riedel para apoiá-lo no segundo turno, ele está cumprindo 100%". São palavras da própria prefeita, está gravado na Rádio Pantanal. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — OK, registrado. São portanto: 04 requerimentos, 07 indicações e 04 moções de congratulação. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Pela ordem, presidente..

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, pela ordem, o ilustre deputado Lidio Lopes. Pois não, deputado.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Senhor presidente, só para registrar que coloquei agora no sistema uma moção de pesar (para entrar na pauta) aos familiares do pastor Ido, grande amigo, pastor da Assembleia de Deus Missões; sempre coordenou o Setor Il Guanandi, engenheiro civil de formação, funcionário público efetivo do município de Campo Grande, trabalhou por longos anos na Sisep, e que infelizmente veio a falecer esta semana, fato que nos deixa a todos da Igreja Assembleia de Deus Missões consternados. Então eu, como parlamentar, quero externar nossas condolências à esposa, à filha, a todos os familiares e amigos do pastor Ido. Muito obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — OK, registrado. Item 5. Moções de pesar. A moção proposta agora pelo deputado Lidio e também a do ilustre deputado Coronel David, esta em razão do falecimento do senhor Leonardo Luís Mense Rodrigues... Eu já tinha feito essa moção também, deputado: me somo a Vossa Excelência então. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Vai ao Expediente. Antes de entrarmos nas Explicações Pessoais, gostaria de registrar, deputado Pedro Kemp, senhores deputados, deputada Lia Nogueira, que hoje vai ser depositado o salário dos colaboradores da Assembleia Legislativa. Estamos muito orgulhosos de estarmos cumprindo a nossa missão. Quero agradecer às senhoras e aos senhores deputados que apoiam essas ações da Mesa Diretora. Dia 2, está comunicado, é oficial, nós não vamos abrir a Assembleia em função de que estaremos validando e homologando o nosso Data Center, senhoras e senhores deputados: vai passar uma CI em cada um dos

gabinetes informando. Dia 2, portanto, não haverá expediente na Assembleia Legislativa. Agora vou suspender a Sessão para manifestação externa, requerida pelo deputado Pedro Pedrossian Neto. São três pessoas que vão falar, com cinco minutos cada uma. A primeira a falar será a doutora Anna Caroline Kalache Corrêa Lima Barreto, conselheira tutelar de Campo Grande Por favor, doutora [*suspensa a sessão às 11h35*]...

SENHORA ANNA CAROLINE KALACHE CORRÊA LIMA BARRETO

(conselheira tutelar de Campo Grande/MS) — Em nome do Conselho Tutelar de Campo Grande, dos conselheiros titulares e suplentes, saúdo a todas as crianças de Campo Grande, pois estas são o nosso maior motivo de estarmos aqui hoje. Cumprimento o deputado Pedrossian Neto, proponente dessas ações que serão realizadas no mês de maio em alusão ao Maio Laranja; e todas as autoridades presentes. O Dia Nacional do Combate ao Abuso e à Exploração Sexual Infantil transcorre anualmente no dia 18 de maio. O Maio Laranja é uma iniciativa que busca dar visibilidade a esse assunto e convocar a sociedade a que se mobilize e engaje na luta contra a violência sexual de nossas crianças e adolescentes. Essa campanha é fundamental para destacar a importância da conscientização, da prevenção e da proteção das nossas crianças contra qualquer forma de violência sexual. A campanha destaca o urgente enfrentamento do problema, capacitando as pessoas para identificar os sinais, quebrando tabus e garantindo o apoio à vítima. Em 2023, foram registradas 39.357 denúncias de abuso e exploração sexual, segundo dados do Painel de Dados do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), estima-se que uma em cada quatro meninas e um em cada seis meninos, em todo o mundo, sejam vítimas de violência sexual antes dos 18 anos. No Brasil, dados do Disque 100, serviço de denúncia de violação de direitos humanos, indicam que a cada hora cerca de cinco denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes são registradas. A violência sexual infantojuvenil não apenas causa danos físicos imediatos, mas também deixa cicatrizes profundas e duradouras nas vítimas. É crucial estarmos atentos aos sinais de qualquer violência sexual infantil e sabermos como responder de maneira apropriada e eficaz a esse problema social. A prevenção e a capacitação dos atores de proteção da rede que atende crianças e adolescentes, e também da sociedade, é fundamental para proteger nossas crianças e adolescentes desse tipo de violência. O Conselho Tutelar de Campo Grande novamente agradece ao deputado Pedrossian Neto, à Mila, sua assessora, idealizadora do projeto "Ajudar Faz Bem", que em mais um ano convida os conselheiros tutelares para participar dessa linda campanha, sempre sensível à causa das nossas crianças e adolescentes. A partir deste momento, sejamos uma só voz nessa luta.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Convido a Viviane Vaz, coordenadora do projeto Nova. Vossa Senhoria disporá de cinco minutos, amiga.

SENHORA VIVIANE VAZ (coordenadora do projeto Nova) — Olá! Bom dia a todos. É uma satisfação estar aqui. Agradeço a oportunidade aos proponentes desta conversa hoje. É com grande honra que me uno a vocês neste importante evento de abertura do Maio Laranja, mês dedicado a combater a violência e a exploração sexual de crianças e adolescentes. Permitam-me iniciar expressando minha profunda gratidão

aos organizadores da Assembleia, a todos os envolvidos nessa campanha tão importante para a nossa sociedade. Hoje estou aqui não como uma voz, mas como um eco de centenas de vítimas de abuso sexual. Represento aqueles que são vulneráveis e muitas vezes silenciados. Como defensora dos direitos humanos e ativista na luta contra todas as formas de violência de gênero, e de violência contra crianças e adolescentes, desde 2011, é meu dever moral e humano trazer à luz essa dolorosa realidade que afeta nossa sociedade. A crescente presença de imagens de abuso e exploração sexual na internet de crianças e adolescentes é uma dimensão preocupante. A colega conselheira tutelar trouxe dados aqui de índices altíssimos de abuso sexual de crianças e adolescentes; nosso estado está sempre em primeiro, segundo ou terceiro lugar nesse *ranking*, o que para nós é uma vergonha. É uma vergonha, todavia isso nos convida a mudar essa situação. Os dados são alarmantes, principalmente, com o advento da internet, no tocante ao altíssimo índice de crianças sendo aliciadas dentro da própria casa, dentro de quatro paredes. De posse de um aparelhinho desses, dentro de um local seguro (entre aspas), muitas crianças estão sofrendo violência sexual. Nós já temos atendido uma centena de casos nesse contexto, que têm consequências terríveis. Nós precisamos é convocar toda a sociedade, em especial o poder público, precisamos estar atentos, precisamos de leis e de instrumentos que possam ser manejados para proteger nossas crianças e adolescentes, não só de perigos que correm dentro da própria casa (vêm dos familiares os maiores índices de abuso), mas também dos riscos da internet, ambiente onde também têm acontecido muitos casos. O fato de 78% dos usuários de internet com idade entre 9 e 17 anos estarem expostos a esse tipo de conteúdo revela a vulnerabilidade das crianças no contexto on-line. Precisamos de medidas urgentes para proteger nossas crianças no espaço digital, que garantam que elas se sintam seguras e assegurados seus direitos. A história do Maio Laranja é um testemunho poderoso de como a comunidade pode se unir para enfrentar esse problema devastador. Já na concepção do projeto, em 2017, estive aqui neste mesmo local, nesta tribuna, falando desse tema; no mesmo ano o projeto tornou-se uma lei estadual e viria, em 2021, a tornar-se uma lei federal. Graças a Deus, hoje, no Brasil inteiro fala-se do Maio Laranja, que começou no nosso estado. E eu quero agradecer aos deputados aqui presentes, que se importam com essa causa, e que têm nas mãos o poder de mudar essa realidade do nosso estado, para que saíamos das primeiras posições nesse triste *ranking* do abuso de crianças e adolescentes. Ao lidar com essa questão, devemos reconhecer que a violência sexual contra crianças e adolescentes não conhece fronteiras, classes sociais nem culturas. Precisamos enfrentar questões delicadas, como a violência sofrida pelos povos indígenas. Recentemente estivemos nas aldeias e percebemos o quão comum é isso também lá, e não é uma questão cultural: casamento infantil, gravidez precoce, discussões sobre aborto com meninas menores de doze anos. O papel do poder público, o papel da sociedade civil organizada é levantar essas questões, é trabalhar para proteger crianças e adolescentes nas aldeias, nas periferias, nas comunidades ribeirinhas e também nas casas abastadas: em todas as classes sociais. Precisamos de políticas públicas eficazes, de recursos adequados, precisamos assumir um compromisso genuíno de enfrentamento dessa pandemia. Nossa responsabilidade é a de assegurar às crianças o seu direito fundamental de crescer num

ambiente seguro, livre de violência e exploração. Que o Maio Laranja seja um elemento catalizador para uma mudança real e duradoura. Sonhamos com meninas que não sofram pelo simples fato de ter um órgão genital. Sonhamos com meninos que não tenham de provar que são homens ferindo os outros. Sonhamos com uma infância protegida, que as nossas vozes sejam ouvidas, que nossas ações sejam corajosas e que o nosso compromisso seja inabalável. Juntos podemos fazer a diferença! Obrigada [aplausos]...

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Convido Zaira Brito, coordenadora do abrigo Segunda Casa. Vossa Senhoria disporá de cinco minutos.

SENHORA ZAIRA BRITO (coordenadora do abrigo Segunda Casa) — Bom dia a todos. Gostaria de agradecer ao deputado Pedrossian e equipe pelo convite para estarmos aqui discutindo esse assunto tão importante. Estou aqui hoje representando uma instituição de acolhimento, popularmente conhecida como abrigo, para crianças vítimas dessa violência tão cruel, que é o abuso sexual. Estamos há quinze anos à frente desse trabalho; ali, no dia a dia, a gente vai percebendo como que essa criança chega no abrigo. E por que que ela está num abrigo? Porque ela sofreu violência dentro da própria casa, por uma pessoa que deveria protegê-la: dia após dia nós as vemos chegar lá... São crianças assustadas, com medo, sem saber o que vai acontecer. Essa criança foi retirada da própria casa; vive sob ameaça a maioria delas. Nosso trabalho é desafiador, porque entendemos, nesses quinze anos, que o abrigo não é um *lugar*, o abrigo são *pessoas*. Nós somos esse abrigo para elas ali. Então nosso trabalho é acolher essa criança, é dar amor para ela, é dar cuidado, afeto, é lhe ensinar que ela é merecedora de um lar feliz, de uma família feliz, que ela merece ser amada e cuidada, que ela não merece ser abusada, tocada de forma indigna. Então, quando a criança chega nessa situação, assustada, com medo, nós a acolhemos. Nós oferecemos ali, além de moradia, diversas ações e projetos que visam a diminuir essa dor, procuramos oferecer mais alegria para essa criança no dia a dia — e prepará-la para uma família adotiva, ou quem sabe até para uma reintegração familiar quando possível. Como porém na maioria dos casos não há como haver mesmo uma reintegração familiar, o remédio é encaminhá-las para adoção; e elas ficam ali conosco o tempo necessário, até que chegue esse dia da adoção — é um dia muito especial, quando acontece. Então, gostaria também de agradecer, especialmente aos deputados Rinaldo e Pedrossian e ao ex-deputado Rafael Tavares, que Vossas Excelências realmente nos têm ajudado, por meio de emendas parlamentares, a viabilizar projetos e ações dentro da instituição de acolhimento, para que possamos levar essas crianças a entender o valor que elas têm, a importância que elas têm para a sociedade. Com o recurso das emendas, cujo repasse será feito acredito que a partir de julho, nós vamos poder comprar mais material (já vínhamos fazendo isso, mas essa verba vai ajudar muito), vamos poder dar um atendimento muito melhor para elas, com aulas de futebol, de dança, Muay Thai, atividades que acreditamos ajudar muito no fortalecimento dos vínculos afetivos, na resiliência, na autoestima das crianças. Então, tudo isso tem sido possível com a ajuda de vocês. E reforço o que disseram minhas colegas, quer dizer, acerca da importância do Maio Laranja. É um assunto muito delicado, triste, pesado, é

algo que nos choca ter de falar de crianças vítimas de abuso sexual, mas isso tem sido tão comum, infelizmente, muito mais do que a gente pensa. Então, de novo, precisamos nos unir, sociedade, poder público, em prol dessas crianças. Precisamos ficar atentos aos sinais, sempre alertamos sobre isso, os sinais; o adulto dá sinais, a criança demonstra sinais disso. Então fique atento, preste atenção no seu filho, preste atenção no seu aluno, a escola tem sido também um ator muito importante nessa luta, eles identificam no comportamento das crianças que algo errado está em curso: a escola é um dos atores que mais denunciam casos de abuso dentro da própria casa. Então queria deixar aqui minha gratidão a todos, e pedir o apoio de vocês. As instituições de acolhimento precisam do apoio de vocês para que possamos continuar desenvolvendo esse trabalho, com excelência, com todo esse amor que temos lá para dar para as crianças. Era isso que eu gostaria de dizer nesta manhã. Muito obrigada [aplausos]...

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Obrigado. Obrigado ao deputado Pedrossian Neto, fazendo as honras da Casa. Encerrada a manifestação externa (às 11h50). Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Inscrito o deputado Pedro Kemp. Transferida. Deputado Paulo Duarte. Transferida. Deputada Gleice Jane. Transferida. Deputado Caravina. Transferida. Deputado Zé Teixeira. Transferida. Deputado Pedrossian Neto. Transferida. Encerradas as Explicações Pessoais. Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão (11h51min).